

Pactu

CUT Brasil

CNB Brasil

fetec/PR

ANO VII - Nº 70
Fevereiro/2003

Jornal dos bancários das regiões de Paranavaí, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cianorte, Toledo, Umuarama, Guarapuava e Goioerê

**POLÍTICAS
QUE GERAM
EMPREGOS**

**INFLAÇÃO
BAIXA E
SALÁRIO
FORTE**

**DISTRIBUIÇÃO
DE RENDA**

**FOME
ZERO**

**INCENTIVO À PRODUÇÃO
AGRÍCOLA E INDUSTRIAL**

**QUALIFICAR O
ENSINO E A
SAÚDE PÚBLICA**

PÁGINAS 4 e 5

Foto: José Suassuna



A cerca instalada por Lerner para reprimir manifestações em frente ao Palácio Iguaçu, agora retirada por Requião

**Requião
derruba a
cerca.
Auschwitz e
Lerner
nunca mais!**

Página 7

CAMPANHAS

**Mobilizações no
BB e na Caixa.
Demissões no Itaú.**

Página 3

**A CUT e a
Previdência. O
Banestado e as
contas CC-5**

Página 6

Foto: Wilson de Souza



D. Vicente Costa, Bispo da Diocese de Umuarama, discursa ao final da Marcha pela Paz, em Umuarama

**Sindicatos
do Pactu
participam
da Marcha
Mundial
pela Paz**

Página 8

Lucros e PLR

Se você não ficou contente porque a PLR não deu para cobrir o cheque especial, você está certo e está com a maioria. Por dois motivos: 1) - janeiro e fevereiro são meses em que se pagam IPVA, IPTU, material, matrícula e mensalidade escolar e, 2) - os bancos, pelos altos lucros obtidos, poderiam pagar uma PLR melhor.

Confira os lucros de alguns deles:

SANTANDER/BANESPA	R\$ 2,8 bi
BANCO DO BRASIL	R\$ 2,028 bi
BRDESCO	R\$ 2,022 bi
UNIBANCO	R\$ 1,010 bi

Os demais bancos deverão publicar seus resultados de 2002 nos próximos dias. O mercado espera um bom lucro do gigante Itaú, que no terceiro trimestre do ano passado já havia apresentado um resultado de R\$ 1,687 bilhão.

Bradesco deve preservar a marca BBV e Mercantil

Pactu

Expediente

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do Pactuingá

CONSELHO EDITORIAL

Paranavai:

Neil Emídio Júnior/Fone (44) 423-3402
E-mail: seebpvai@ibest.com.br

Campo Mourão:

Nivaldo Simoni/Fone (44) 523-3492
E-mail: seebcmcut@uol.com.br

Toledo:

Lucia B. Vogt/Fone (45) 252-1851
E-mail: sbtr@uol.com.br

Umuarama/Assis

Chateaubriand:
Wilson de Souza/Fone (44) 622-1979
E-mail: seebumu@uol.com.br

Guarapuava:

Elói Myska/Fone (42) 623-1371
E-mail: seebgpva@gol.psi.br

Jornalista: Joel Guedes

Tiragem: 2.800 exemplares

Se depender dos esforços que a Comissão de Empresa dos Funcionários do Bradesco e dos sindicatos, as unidades do BBV e do Mercantil deverão continuar operando. Para os sindicatos, esses dois bancos trabalham com uma clientela selecionada e teriam dificuldade em mudar sua filosofia de atendimento.

Avaliam também que as mudanças que poderão acontecer serão a nível operacional, principalmente na questão tecnológica e de informatização. E como informatização é sinônimo de demissão, os sindicatos trabalham para evitar o desemprego.



* Wilson de Souza

Bancos:

Altos lucros e pouco retorno social

A princípio, para mim, parece não soar bem um trabalhador do ramo financeiro questionar os altos lucros obtidos pela sua empresa. Até porque esse trabalhador vai se beneficiar com a PLR e, se cumprir a próxima meta, com a manutenção do seu emprego. Mas, em se tratando de desemprego no Brasil, os trabalhadores de bancos devem questionar os altos lucros do sistema financeiro, principalmente se comparar a rentabilidade dos demais setores.

Eivelton Rodrigues, presidente da consultoria Austin Asis e especialista em análise do sistema financeiro, ao comentar os lucros dos bancos no exercício de 2002, constatou que tiveram a maior rentabilidade (lucro líquido sobre o patrimônio) dos últimos oito anos de governo FHC. A média auferida pelo balanço de 19 bancos foi de 24,5% em 2002.

Já as empresas não-financeiras, no mesmo período, tiveram uma rentabilidade média de 5,6%. Na análise de Rodrigues, as empresas não-financeiras transferem mais da metade da sua lucratividade para os bancos e o custo do dinheiro é um inibidor para o crescimento econômico.

É revoltante constatar que a padaria da esquina, que dá emprego ao dobro de pessoas, em comparação àquele ponto de agiotagem à sua frente (conhecido também como agência bancária), tenha que repassar boa parte do seu lucro, que em tese serviria para investimentos na empresa, para essa rede de agiotas juridicamente legalizada.

Os altos lucros obtidos pelo sistema financeiro nos últimos oito anos foram frutos de uma política econômica equivocada de FHC, que (com os juros altos, aumento do valor do compulsório, entre outras medidas) enxugou e encareceu o crédito, concentrou a renda e provocou o fechamento de milhares

de pequenas empresas, causando tanto desemprego.

BALANÇO SOCIAL – Lembro-me que há anos a CNB-CUT cobra um retorno social dos bancos ao país. E as propostas sempre são na área social, como crédito mais amplo e barato ao setor produtivo e habitacional, mais investimentos na educação e saúde de seus trabalhadores, aumento do nível de emprego, fim das filas e uma melhor PLR para seus funcionários. Ou seja, menos lucro e mais investimentos no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Ainda nesse campo do retorno social, acho que não cai bem para o Banco do Brasil ter um lucro líquido de R\$ 2,028 bilhões, sendo ele o principal banco público com o papel de financiar, entre outros setores, o da agricultura e o da exportação –

setores esses tão carentes de mais investimentos. E, como dirigente sindical, não posso esquecer que nesses oito anos de FHC os bancários do BB, assim como dos demais bancos públicos, sofreram violento arrocho salarial e recebem uma PLR miserável, em comparação com a dos bancos privados.

Faço questão de lembrar que me refiro ao rendimento de 2002, quando os bancos, assim como nos últimos oito anos, colheram as benesses do governo FHC. E, pra finalizar, tenho certeza que no governo Lula será diferente, principalmente quando o atual governo trabalhar com um orçamento próprio, os efeitos da guerra já estiverem minimizados e, principalmente, as reformas da Previdência e Fiscal estiverem concluídas.

**Wilson de Souza é bancário do HSBC. Técnico Contábil e dirigente sindical do Pactu em Umuarama.*

Mobilizações no BB e na Caixa



A expectativa é que BB e Caixa tornem-se voltem a atender bem clientes e funcionários

As Comissões dos Empregados do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal têm se mobilizado em contatos e reuniões com as novas diretorias dos respectivos Bancos. O objetivo é abrir canais mais democráticos para as negociações salariais deste ano.

De imediato, as Comissões desses dois bancos tentam rever pendências herdadas de diretorias anteriores, que afetaram a administração e o resultado dos fundos de pensão de ambos. Os dois apresentam situação financeira superavitária, mas poderiam estar melhor. Além disso, na Caixa, por exemplo, havia medidas arbitrárias, como as que obrigavam os funcionários a mudarem seus planos de previdência complementar e plano de assistência à saúde.

A falta de correção salarial nos últimos oito anos, bem como a PLR injusta, afetou financeiramente os fundos de pensão, os planos de saúde e os planos de financiamento da casa própria, uma vez que em todos eles as contribuições dos funcionários são baseadas em percentual do salário.

Demissões no Itaú

A Fetec-PR e os sindicatos tentam barrar as demissões que vêm ocorrendo no Itaú. As medidas serão nos campos jurídico e político. Na avaliação das entidades sindicais, os clientes e usuários não verão com bons olhos se o Itaú continuar obtendo altos lucros, dar pouco retorno social e agravar ainda mais a situação de desemprego em que se encontra o país, ao demitir milhares de trabalhadores e trabalhadoras com famílias para sustentar.

Após o leilão, em que arrematou o Banestado, em outubro de 2001, até a data de hoje, o Itaú já demitiu mais de 5.500 funcionários diretos e terceirizados. O maior número de demissões se registrou na região metropolitana de Curitiba, mas no interior o Itaú também demitiu muito. Por exemplo, no mesmo período, estão as 142 demissões na região de Umuarama, 54 na região de Campo Mourão e as 50 na região de Toledo.

Entidades criam o Fórum da Cidadania em Umuarama

Assegurar a abertura de um espaço permanente e democrático para o debate em torno de políticas públicas é o objetivo central do Fórum da Cidadania de Umuarama, já em fase de criação.

A proposta nasceu e ganha corpo entre os movimentos populares de Umuarama, sindicatos de trabalhadores, igrejas, associações de moradores, conselhos municipais e entidades assistenciais. O Sindicato dos Bancários de Umuarama é uma das entidades que participam diretamente da construção do projeto.

O Fórum contará com uma diretoria que coordenará os trabalhos. A Comissão Provisória foi eleita no último dia 19/02 e é presidida por Aparecia Mota, ex-integrante do Conselho Estadual de Assistência Social.

Entre as diversas atribuições do Fórum da Cidadania estará a discussão e a apresentação de propostas, aos conselhos municipais - principalmente os da Saúde, do Trabalho, da Assistência Social e o da Criança e do Adolescente - bem como à Câmara de Vereadores. "Isso fará com que sejam ampliados os debates em torno das políticas públicas nos diversos setores, sobretudo no sentido de torná-las mais eficientes aos cidadãos", salienta Paulino Alves de Almeida, diretor do Pactu e membro da Comissão Provisória do Fórum.

No próximo dia 26 de fevereiro, a partir das 17h, na Casa dos Conselhos de Umuarama, haverá reunião para aprofundar o debate, podendo participar todas as pessoas, entidades, igrejas, movimentos populares ou sindicatos de trabalhadores que estejam dispostos a colaborar com objetivos do Fórum.

Eleição no Seeb Paranavaí

O Sindicato dos Bancários de Paranavaí vai eleger novo sistema diretivo. A eleição está marcada para o dia 20 de março próximo, das 8h às 17h. A Comissão Eleitoral informou que foram definidas 9 urnas, fixas e itinerantes, de forma que todos, ou pelo menos a maioria dos 300 bancários filiados ao Seeb e com direito a voto, participem da eleição.

Ainda de acordo com a Comissão Eleitoral, o prazo para inscrição de chapas está aberto desde o dia 18 de fevereiro.

Apenas a Chapa "Unir e Conquistar" se inscreveu até agora.

Em sua maioria, a chapa é integrada pelos atuais companheiros da direção do Seeb Paranavaí. Dos 38 membros do sistema diretivo, a chapa apresenta oito inovações, sendo encabeçada pelo colega Nilson Borges de Carvalho, do Banco Mercantil de São Paulo.

O prazo para inscrições de chapas vai até o dia 5 de março.

IMPORTANTES CONGRESSOS

Este ano, quatro entidades de peso na elaboração e execução de políticas sociais realizarão congressos para eleger novas diretorias. São elas: CUT Nacional, CUT Estadual, CNB e Fetec-PR. O congresso da CUT Estadual será realizado entre os dias 1 e 4 de maio. Já o Nacional está marcado para a primeira semana de junho. O congresso da CNB será em agosto e o da Fetec-PR em setembro.

As direções dessas quatro entidades terão um papel preponderante na defesa das reformas, do ponto de vista dos trabalhadores, que serão realizadas neste ano, pelo Congresso Nacional. Principalmente as reformas Trabalhista, Sindical e Previdenciária.

EM CAMPO MOURÃO – Visando capacitar os delegados que irão participar dos congressos estadual e nacional da CUT, a CUT-Paraná estará realizando diversos seminários regionais. Os sindicatos da CUT da região Noroeste estiveram reunidos nos dias 24 e 25 de novembro, em Campo Mourão, onde debateram e avaliaram o processo histórico da construção da CUT; a CUT hoje; o projeto político da CUT-Paraná; a relação da CUT e o Estado, além da atual conjuntura econômica, política e social brasileira.

O Brasil inicia o

A Constituição Federal, a Carta dos Direitos dos Cidadãos (da ONU) e a própria Bíblia preconizam que todo cidadão deve ter acesso à comida digna, diariamente, em qualidade e quantidade suficientes para nutri-lo e manter a sua saúde. É, portanto, um direito básico da cidadania e que está associado à dignidade. Mas é um direito que tem sido negado sistematicamente a milhões de brasileiros. Apesar de todo o aparato montado nos últimos 30 anos, o governo foi ineficiente. Principalmen-

te porque o problema da fome no Brasil não é só a falta de produção de alimentos mas a falta de dinheiro para adquiri-los em quantidade permanente e com qualidade adequada.

Não há consenso sobre o tamanho da população atingida pela fome no país. Em 1999, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, revelou que já eram 44 milhões de pessoas, ou 9,3 milhões de famílias, sujeitas à fome. Estudos indicam que, desde de 1995, aumentou os níveis de pobreza e vulnerabilidade à fome.

Isso ocorreu principalmente nas metrópoles e nas áreas mais ricas do país. A causa é o elevado desemprego e os baixos salários.

Dá pra entender porque o Brasil se tornou um dos campeões em concentração de renda e chegou a um vergonhoso 73º lugar no índice mundial de desenvolvimento humano. Mudar essa realidade é um dos grandes desafios do país nos próximos anos. Com tanta gente passando fome no Brasil, o governo e a sociedade civil não podem mais se omitir.

O CÍRCULO DA

Existe um círculo vicioso da fome, difícil de ser superado apenas com políticas assistenciais de doações de alimentos como, por exemplo, a doação de cestas básicas. Esse círculo é alimentado pelos problemas estruturais do país — falta de emprego, salários baixos e concentração de renda —, pela falta de políticas agrícolas e pelo aumento dos preços dos alimentos.

Fome Zero é prioridade

Alimentos, em grande quantidade, estão chegando diariamente em Brasília, oriundos de diversas regiões do país. É a sociedade dando sua contribuição a uma nova política de segurança alimentar no Brasil. O projeto recebe o nome de Fome Zero, carro-chefe de um conjunto de iniciativas e que representa um chamamento para uma ação coletiva no combate à forma mais dramática e perversa de desigualdade social: a exclusão dos direitos fundamentais, inclusive do de se alimentar. Incluído nas propostas da campanha presidencial de 2002, o Projeto Fome Zero é uma proposta de política de segurança alimentar jamais vista no Brasil. Foi anunciado como prioridade no primeiro discurso do presidente

Lula, na manhã seguinte à eleição. Entretanto, não se trata de uma proposta elaborada no "calor" da campanha. O Fome Zero foi uma iniciativa do Instituto Cidadania, entidade independente e apartidária fundada por Lula há dez anos. Foi financiado com recursos da Fundação Djalma Guimarães (vinculada à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), do grupo Moreira Salles. Vale lembrar que o projeto teve início em meados de 2000 e reuniu uma equipe com mais de 100 acadêmicos, pesquisadores e colaboradores, entre os maiores especialistas do Brasil em políticas sociais, alimentação, nutrição e saúde.

FALTA DE
POLÍTICAS
AGRÍCOLAS

combate a fome

FOME

O projeto não é assistencialista

O Fome Zero apresenta três conjuntos de políticas articuladas entre si, tendo como foco a segurança alimentar. São elas: políticas estruturais (voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza), específicas (para atender diretamente as famílias no que se refere ao acesso ao alimento) e locais (que podem ser implementadas por prefeituras e pela sociedade). No total são 25 políticas integradas por mais de 40 programas destinados a melhorar a qualidade, a quantidade e a regularidade de alimentos necessária para as famílias que serão beneficiadas.



RECURSOS
 O projeto terá suporte financeiro oriundo do crescimento econômico, redução dos juros da dívida pública, combate ao desperdício e à corrupção, do Fundo de Combate à Pobreza e verbas geradas pelo programa de incentivo a doações de empresas e parcerias com a sociedade civil, além de campanhas sociais. Também não haverá remanejamento de verbas do gasto social para outros fins.

A participação da sociedade

A tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade não pode ser apenas uma proposta de governo, mesmo que sejam articulados com eficiência todos os órgãos setoriais nos níveis federal, estadual e municipal. É vital engajar nessa luta a sociedade civil organizada, como os sindicatos,

associações populares, ONGs, universidades, escolas, igrejas dos mais distintos credos, entidades empresariais e, enfim, todos os setores. Muitos, por iniciativa própria, já estão ajudando a executar o Projeto Fome Zero, numa demonstração de confiança na proposta do governo Lula. Para tanto, foi criado o

Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), formado por 38 membros e pelo próprio presidente Lula. Através do Consea, a sociedade civil vai ajudar a implementar as ações do projeto. Para a CUT, deve-se assumir essa postura não por simpatia ao novo governo, mas porque se trata de uma

imperiosa necessidade ética de compromisso com a dignidade das pessoas. Ainda na avaliação da CUT, garantir a segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, que envolve, além dos aspectos econômicos e sociais, também mudanças profundas na estrutura de dominação política.

Reforma da Previdência

Proposta da CUT é sistema único

Uma ampla reforma do sistema previdenciário brasileiro será, sem dúvida, um dos principais temas neste primeiro semestre do governo de Lula. Como era de se esperar, o assunto vem sendo debatido com vários segmentos. No início de fevereiro o ministro Ricardo Berzoini (Previdência) se reuniu com dirigentes e sindicalistas da CUT para debater diversos pontos para a elaboração de uma proposta de reforma previdenciária.

Para a CUT esse debate é antigo. Basta lembrar o documento intitulado "Uma Nova Previdência Social no Brasil", elaborado e apresentado pela CUT em agosto de 1995. Ele constitui uma proposta para o debate e que tem como base o conceito de *seguridade social* definido como um conjunto de ações para garantir a cidadania, através de políticas de saúde, de previdência e de assistência social.

Na época, a CUT também apresentou um conjunto completo de medidas com o objetivo de modernizar a Previdência.

Essas medidas incluíam a garantia de direitos aos trabalhadores, combate aos privilégios, mecanismos ágeis e eficazes contra a sonegação, instrumentos de gestão com controle social como forma de estabelecer uma Previdência Pública solidária, ampla, igualitária, viável e que resgatasse a dignidade do povo brasileiro.

A proposta de Reforma da Previdência do atual governo converge com as linhas gerais das mudanças defendidas historicamente pela CUT.

Principalmente no que se refere à criação de um sistema universal de previdência. A CUT defende inclusive que todos os trabalhadores, juizes e militares também devem ser incluídos nesse sistema único.



Foto/Wilson de Souza

Nas conversas com os diversos setores, o ministro Ricardo Berzoini também tem se mostrado favorável ao um sistema único de Previdência

TETO - Embora ainda não haja nada formatado em relação aos novos valores do piso e do teto, a expectativa é de que no futuro o teto volte ao patamar de 10 salários mínimos.

A CUT, entretanto, não abre

mão de reivindicar um teto de 20 salários mínimos (o equivalente hoje a R\$ 4 mil) para os beneficiários previdenciários, pois acredita que esse valor cobre 95% dos trabalhadores do setor público da iniciativa privada.

Anapar apresenta reivindicações

A diretoria da Anapar (Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão) entregou ao ministro Ricardo Berzoini (Previdência) documento com as prioridades definidas na I Conferência da entidade, realizada no final de 2002, em São Paulo.

Entre essas prioridades estão: continuidade da regulamentação da Lei Complementar 109 e a revisão das resoluções sobre portabilidade, resgate, benefício proporcional diferido, instituidor e outras; debate a respeito do modelo de gestão das entidades de previdência, com revisão de resolução e instruções que impõem ilegalidades tais como a proibição de eleição direta de diretores; alteração na composição do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, de maneira a equilibrar as representações de patrocinadoras e de participantes; e criação de um canal de diálogo que possibilite o encaminhamento de demandas específicas de fundos de pensão sujeitos a alterações em estatutos e em planos de benefícios.

As alterações no modelo de previdência complementar também será um dos temas do IV Congresso Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, dia 3 de abril, em Brasília. A Anapar defende maior democratização dos fundos de pensão e pretende apresentar ao governo uma proposta concreta de alterações inclusive na legislação. O Pacto esteve representado na I Conferência da Anapar, através de Marcelo Montanha, diretor do Seeb/Umarama. Também deve mandar representante ao IV Congresso Nacional.

Banestado "lavava" dinheiro de corrupção

A administração do Banestado durante o governo Jaime Lerner foi mesmo uma tragédia. O episódio do Banestado Leasing (não esclarecido até hoje, diga-se de passagem) parece fichinha perto do esquema fraudulento de envio de recursos ao exterior através do Banestado.

Investigações da Polícia Federal revelaram que a agência do Banestado de Nova Iorque teria movimentado pelo menos US\$ 30 bilhões, provenientes de esquemas de corrupção no Brasil durante a década de 90. Desse total, R\$ 14,9 bilhões foram remetidos por dois "laranjas" paranaenses, entre 1996 e 1997.

Os "laranjas" foragidos usaram a empresa Foz do Iguazu

Factoring para remeter o montante a Nova Iorque por meio de contas CC-5 (destinada a estrangeiros não-residentes do Brasil) abertas na agência do Banestado em Foz do Iguazu. Ainda segundo a PF, os valores fínham como destino contas em paraísos fiscais pertencentes a políticos corruptos, narcotraficantes, sonegadores e contrabandistas.

Para o Ministério Público, o crime de evasão de divisas por meio de agências do Banestado ocorreu com o conhecimento de diretores da instituição. A acusação é que diretores cometeram crime de "gestão fraudulenta de

instituição financeira". As investigações começaram em Foz do Iguazu, mas a maioria dos inquéritos das CC-5 foi transferida para Curitiba e está sob a responsabilidade de cinco procuradores.

Movimento Sindical quer CPI na Assembléia Legislativa para investigar o caso

Desde que surgiram as primeiras suspeitas envolvendo o uso ilegal das contas CC-5, o movimento sindical vem cobrando das autoridades competentes investigações mais abrangentes e punição aos criminosos.

Mesmo após as descobertas reveladas pela PF, os sindicatos de bancários da CUT entendem que a repercussão da denúncia nos meios de comunicação

não é suficiente para aplacar a impunidade. Por isto, por meio do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana, já foi lançado também um manifesto pedindo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa para investigar o caso e propor, inclusive, a punição de políticos que, supostamente, possam ter tido envolvimento na fraude.

Vale lembrar que todo esforço no sentido de punir esses criminosos é válido, pois, sob responsabilidade de um governo sério, os US\$ 30 bilhões desviados para contas laranjas seriam fundamentais para a implementação de um projeto de redução das desigualdades sociais do País.

Fórum Social Mundial

O Pactu parece que acertou



No III Fórum Social Mundial, centenas de grupos que se sentem injustiçados pela globalização econômica, apresentaram seu protesto e propostas

Foi realizado em Porto Alegre, entre os dias e, o terceiro Fórum Social Mundial. Esse Fórum foi idealizado por entidades, instituições e movimentos populares de vários países, em contraposição ao Fórum Econômico de Davos. Na visão da coordenação do Fórum Social, enquanto em Davos os representantes dos

países participantes discutem quem vai vender mais para quem, o que em consequência alguém vai explorar alguém, o Fórum Social de Porto Alegre discute alternativas ao capitalismo selvagem, que sempre gera mais concentração de renda e mais pobreza no mundo.

Como das edições anteriores, o terceiro Fórum discutiu

a preocupação com a degradação do meio ambiente, em virtude da crescente poluição no Planeta e, no momento, principalmente em torno da discussão dos males causados pelos ditos transgênicos.

O Fórum também serviu para a troca de experiências na implementação de projetos que tentam melhorar a qualidade de vida dos mais pobres.

São sindicatos, igrejas e ONGs que buscam sensibilizar governantes de que o bem estar do ser humano vale muito mais do que o lucro exorbitante de meia dúzia de conglomerados multinacionais. Dentro desse princípio, o terceiro Fórum Social Mundial convocou a Marcha Pela Paz – essa que foi realizada no último dia 15 de fevereiro, numa tentativa de evitar a atual guerra do petróleo. O Pactu esteve presente no terceiro Fórum Social Mundial através do seu diretor Aninoel Pedroso do Couto.

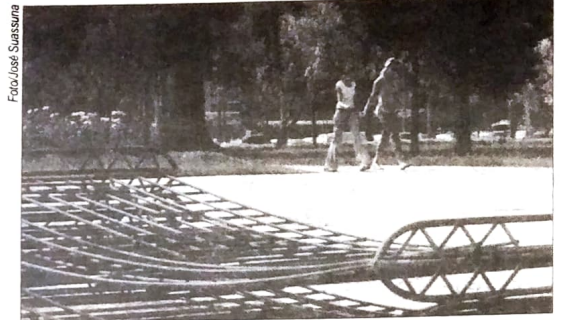


Foto: Josef Sautsuna

Uma das medidas de Requião que agradou os movimentos sindical e sociais foi a derrubada da cerca que impedia manifestações em frente ao Palácio Iguazu

Quando a CUT e a CNB deliberaram em suas plenárias o apoio às candidaturas com propostas que mais se alinham aos interesses dos trabalhadores, diversos sindicatos do Pactu já estavam implementando esse trabalho na prática. E no Paraná, no segundo turno, o candidato que mais tinha esse perfil era Roberto Requião, hoje governador do Estado.

Se não tiver usando a tática do "cavalo paraguaio", algumas medidas de Requião têm agradado as entidades sociais do Estado. Entre as boas medidas podemos citar o pagamento de um terço das férias e da hora-atividade aos professores estaduais. A lei já existia mas Lerner não cumpria.

Tem também a suspensão dos contratos entre a Copel e empresas terceirizadas, lesivos à população paranaense, bem como sua reestruturação – além da certeza de que ela não será privatizada. Pode-se destacar ainda a suspensão dos contratos entre o Estado e o Consórcio Dominó, conjunto de empresas que eram sócias e administradoras da Sanepar. Estas empresas distribuíam dividendos em excesso aos acionistas, não faziam investimentos no setor e encareciam o custo dos serviços, em prejuízo à população paranaense. Outra medida que agradou muito as organizações sindicais, sociais e de movimentos populares do Estado foi a derrubada da cerca que isolava o Palácio Iguazu, em Curitiba. A cerca, instalada por Lerner, tinha por objetivo evitar a concentração e a manifestação das entidades contra o governo. Esse entulho da cerca deve ser repassado às próximas gerações como fator negativo e um atentado à democracia no Estado, imposto por Lerner.

BOAS INTENÇÕES – Além das medidas concretas citadas acima, o governo Requião acena para a possibilidade de instalar CPIs para averiguar os indícios de corrupção nos contratos das empresas de pedágio, venda do Banestado e Jogos da Natureza.

Requião também tem a intenção de pulverizar as contas do governo em outros bancos, principalmente os públicos. Com isso, eliminar-se-ão os privilégios concedidos ao Itaú, que contabiliza altíssimos lucros com exclusividade e não oferece nenhum retorno social.

Auschwitz e Lerner nunca mais

Os historiadores, quando lembram a tragédia que foi a queima de judeus nos fornos de Auschwitz, usam a expressão "nunca mais" para retratar o sofrimento causado por um político cruel, sanguinário e com uma mente diabólica. O males econômicos e sociais deixados por oito anos de governo Lerner no Paraná serão sentidos pelas próximas gerações. Especialistas em análises de contratos entre o ente público e o privado afirmam que as pessoas que estiveram envolvidas (sendo Lerner o principal) na elaboração dos contratos da Sanepar, dos pedágios e principalmente os da Copel, entre outros, deveriam ser condenados à prisão perpétua em cadeia pública no Brasil.

Posse no Seeb Umuarama

Tomou posse no último dia 7 de fevereiro a nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região, que irá encaminhar as lutas da categoria nos próximos quatro anos. Como coordenador do Sindicato foi reeleito Edilson José Gabriel que, em seu discurso de posse, se comprometeu em dar continuidade ao trabalho que o Sindicato vem fazendo até o momento. "Isto é, um Sindicato que não se furta em encaminhar as campanhas em prol de uma melhor qualidade de vida dos seus associados e, ao mesmo tempo, que se envolve junto com outras entidades locais em diversos projetos sociais", disse Gabriel. Ele afirmou também que o Sindicato empenhará esforços para defender as reformas que o Brasil precisa, sempre do ponto de vista dos trabalhadores. Também foi empossada a diretoria eleita da sub-sede de Assis Chateaubriand, que terá como coordenador o diretor Aninoel Pedroso do Couto. Nas duas solenidades estiveram presentes o presidente da Fetec-PR, Adilson Stuzata e Neil Emidio Júnior representando os demais sindicatos do Pactu, além de bancários, imprensa e autoridades locais



Foto: Ibeal

Acima: Edilson José Gabriel discursando na posse em Umuarama. Abaixo: diretoria da sub-sede de Assis Chateaubriand



Foto: Joel Guedes

Apesar das conquistas, ser mulher ainda é um desafio

No próximo dia 8 de março, manifestações em várias partes do mundo estarão comemorando mais um Dia Internacional da Mulher. É certo que há muito que comemorar.

Nas últimas décadas, a sociedade tem apresentado uma importante tendência de mudança comportamental e a mulher vem ocupando, cada vez mais, o seu espaço na vida social. Vai desde funções comunitárias, passando pelas mais diversas áreas profissionais – inclusive piloto de avião – até importantes cargos políticos.

No Brasil e na maioria dos

demais países, as mulheres não só representam significativa parcela do eleitorado como, principalmente, vem ocupando um espaço na política que antes era restrito ao sexo masculino. Inclusive no âmbito do Poder Executivo.

Mas apesar de muitos tabus já terem sido quebrados ao longo de décadas, a igualdade de gêneros continua a ser o foco de inúmeras campanhas, não só no Brasil, buscando uma mudança definitiva nas estrutu-

ras de poder e da própria sociedade organizada. No decorrer dos últimos anos, muitas leis foram aprovadas em favor das mulheres brasileiras.

Como a que criminaliza o assédio sexual e as que protegem as vítimas de violência doméstica.

Mas esses abusos continuam a ser praticados, muitas vezes impunemente. No campo do trabalho, ainda há muito que avançar. Garantir a igualdade de tratamen-

to e de salários entre homens e mulheres não é o único desafio. É preciso, sobretudo corrigir falhas e quebrar limites na própria legislação trabalhista, principalmente nas questões que dizem respeito à maternidade, amamentação, direito à creche, reintegração ao trabalho, entre outras.

Uma das muitas atividades em comemoração do Dia Internacional da Mulher é o Seminário sobre a Execução de Políticas Públicas voltadas às Mulheres, promovido pela CUT. Os sindicatos do Pactuingá também estão organizando atividades alusivas a data.

Ainda é possível e necessário avançar mais!

Os EUA e a guerra do petróleo

Ados Estados Unidos, George Bush, pensa que engana com a ameaça de guerra contra o Iraque, sob o pretexto de que aquele país estaria fabricando armas de destruição em massa? As inspeções da ONU, até agora, não conseguiram provar que o Iraque violou resoluções, que possua armas de destruição ou alimente redes terroristas.

O mais grave de tudo é que o governo norte-americano apresenta razões e valores supostamente universais para justificar a guerra. Dentre os valores, estariam a defesa da democracia, da liberdade e da paz mundiais. Entretanto, até hoje, o único país que usou armas nucleares contra a popu-

lação civil, descarregando bombas atômicas que aniquilaram Hiroshima e Nagasaki, foram os Estados Unidos. Agora Bush pretende nos convencer de que o Iraque é um perigo para a humanidade.

O governo norte-americano disfarça, mas não consegue esconder o óbvio. Mais do que impedir uma suposta fabricação de armas nucleares, as motivações da guerra são essencialmente ligadas aos interesses e à dependência da economia dos EUA à fonte energética do petróleo. Assim, por trás do discurso de Bush pela paz mundial, está o interesse particular dos Estados Unidos, como foram, no passado, em ações imperiais contra outros povos e países.



Umuarama: lideranças Sindicais discursaram após caminhada pela paz no centro da cidade

Manifestação pela Paz

No dia 15 de fevereiro, milhões de pessoas, em 60 países, manifestaram-se contra a guerra e pela paz. Especialistas em políticas internacionais afirmam que a Marcha pela Paz retardou o ataque ao Iraque e tem influenciado na posição de organismos internacionais, como a ONU e a OTAN. Na base do Pactu houve marcha pela paz em Assis Chateaubriand, Guarapuava, Paranavaí e Umuarama. Em todas houve a participação dos sindicatos dos bancários local, junto com outras entidades e igrejas, além de alunos de escolas públicas.

A Origem do Dia Internacional da Mulher

As referências históricas à celebração do dia 8 de Março, como o Dia Internacional da Mulher baseiam-se em dois episódios: o da repressão à mobilização das operárias têxteis de Nova Iorque, em 1857, e o das operárias na greve de 1908, também em Nova Iorque. Historiadores contam que em ambos os casos houve uso de violência por parte de patrões e da polícia. Dezenas de operárias que lutavam por aumento de salário, redução da jornada e contra as condições insuportáveis de trabalho, foram massacradas e mortas.

O Dia Internacional da Mulher foi proposto pela primeira vez por Clara Zetkin, uma representante da Conferência de Mulheres Socialistas, celebrada em Copenhague em 1910. A proposta surgiu num período histórico de grandes transformações sociais e políticas no mundo. A Europa estava à beira da I Guerra Mundial, os impérios coloniais da Ásia e da África estavam a sofrer os primeiros efeitos das revoltas nacionalistas e, na América do Norte, o movimento pelo sufrágio feminino questionava os alicerces tradicionais em que se baseavam as relações humanas. As mulheres começavam a se juntar à luta pela igualdade, exigindo o direito ao voto e ao acesso a cargos públicos, direito ao trabalho, ao ensino vocacional e ao fim das discriminações no trabalho. Quando se celebrou o primeiro Dia Internacional da Mulher em 1911, mais de um milhão de mulheres participaram publicamente das comemorações.